

## A CENA TESTEMUNHAL NA NOÇÃO DERRIDIANA DE TRADUÇÃO

Aryadne Bezerra de Araújo  
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)  
Mestra pelo PPG em Letras: Linguagens e Representações  
[aryadne.araujo@gmail.com](mailto:aryadne.araujo@gmail.com)

Zelina Márcia Pereira Beato  
Prof.a. titular do Departamento de Letras e Artes  
e do PPG em Letras: Linguagens e Representações  
na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)  
Doutora  
[zell.beato@gmail.com](mailto:zell.beato@gmail.com)

**Resumo:** Propomos traçar um paralelo entre tradução e testemunho, a partir das contribuições que Jacques Derrida legou a ambos os campos da linguagem. Na perspectiva desconstrutivista, a tradução, tema caro ao pensamento derridiano, acontece no limite impreciso entre a sua impossibilidade e a sua necessidade. Essa aporia tradutória atravessa as leituras do filósofo acerca do gesto testemunhal. Como afirma em *Demeure* (2000), ao apresentar-se como único sujeito a presenciar uma verdade, a testemunha recusa a traduzibilidade e a possibilidade a ela atrelada de proliferação de sentidos. Contudo, Derrida (1992, 2000) argumenta que o testemunho só tem valor quando é traduzível, iterável e, assim, comunicável. A testemunha luta com a língua para traduzir uma verdade, tentando escapar da inevitável disseminação de sentidos. Pretendemos discutir que tal condição aporética é testemunhada pelo tradutor em sua tarefa.

**Palavras-chave:** Desconstrução. Tradução. Testemunho.

**Abstract:** This text intended to stablish a paralel between translation and testimony based on Jacques Derrida's theoretical contribution to both fields of language. In the deconstructivist perspective, translation, which is a relevant theme in Derrida's thought, happens in the imprecise limit between its impossibility and its necessity. This problematic circumstance related to translation permeates the philosopher's viewpoint of the testimonial gesture. In *Demeure* (2000), he says that whilst presenting him/herself as the sole survivor who witnessed a truth, the witness refuses the translatability and its possible proliferation of meanings. Nevertheless, Derrida argues thattestimony can only be valued if it can be translated, iterated and communicated. The witness struggles with language to translate a truth, trying to escape the inevitable dissemination of meanings. We intended to discuss that such problematic condition is witnessed by translators in their task.

**Keywords:** Deconstruction. Translation. Testimony.

### **Introdução**

Nesse espaço de reflexão dedicado ao pensamento de Jacques Derrida, ocupamos algumas páginas para discutir uma interface entre tradução e testemunho que foi possível vislumbrar na escrita do filósofo a respeito dessas duas formas labirínticas de lidar com a língua. A tradução e o testemunho não apenas estremecem os pressupostos estruturalistas, como são, também, abalados pela leitura desconstrutora de Derrida. Veremos que os conflitos em volta desses dois campos apontados pelo pensador franco-magrebino coincidem de tal modo a permitir-nos falar de uma cena testemunhal na noção derridiana de tradução.

Certamente, não faltará quem indague: ora, como é possível uma aproximação entre o ato de testemunhar catástrofes, tragédias e traumas e a mera tarefa de repetir um texto em outra língua? É importante ressaltar que a interface entre os dois campos surge mais da relação do tradutor e da testemunha com a língua que com a catástrofe vivida ou presenciada. É essa relação, nunca tranquila, que manifesta o problema e a angústia da tradução, seja de um acontecimento em uma língua ou a tradução entre línguas de uma escrita.

Voltando ao possível questionamento acerca do paralelo entre um suposto transporte de sentidos entre línguas e o ato de testemunhar, é preciso, para responder a indagação, desconstruir, ou melhor, redesconstruir, com Derrida, a noção de tradução como mero transporte de significados.

Na perspectiva desconstrutivista, a tradução acontece no limite impreciso entre a sua impossibilidade e a sua necessidade. Essa aporia tradutória tem origem na incapacidade da língua em transportar ou representar conteúdos sem que um resto permaneça não dito. Ainda que impossível, a tradução é necessária. Tal conflito também atravessa as leituras do filósofo acerca do gesto testemunhal.

### **Tradução e desconstrução do conceito representacional de signo**

É relevante lembrar que, paralelo a uma concepção crítica e transgressora da tradução, Derrida engendra a desconstrução de uma lógica estruturalista que dominava os estudos da linguagem. O pensador evidencia que a tradução sempre perturbou os preceitos linguísticos, em especial, o próprio conceito de signo a partir do qual Saussure forja a ciência da língua e inaugura o Estruturalismo.

A tradução rebela-se contra a definição linguística que lhe é atribuída com base no conceito saussureano de signo, dessa unidade de sentido dividida entre uma imagem acústica

ou significante e um significado. A tradução, em termos linguísticos, resumir-se-ia na troca de significantes que representariam um mesmo significado. Seguindo o pensamento de Saussure no seu *Curso de linguística geral* (SAUSSURE, 2006), a diferença entre as línguas estaria sanada com a simples troca de imagens acústicas no processo tradutório. Através da permuta de significantes, o significado chegaria intacto à língua-alvo.

Entretanto, mesmo sendo este o projeto tradutório: operar a passagem de certo conteúdo a outra língua, a troca de palavras implica sempre a mudança de algo a mais. A transformação no processo tradutório não se encerra na superfície de uma língua, ou seja, ela não se limita apenas aos significantes. A tradução prova que o significado não está dado, mas sim em um contínuo processo de construção e transformação.

A tarefa tradutória, portanto, põe em xeque a concepção representacional da língua, em que as palavras representam conceitos e para cada conceito há um representante ideal em cada língua. Tal concepção, como é possível observar, finca raízes numa tradição logocêntrica em que o conhecimento traduz-se na busca por uma suposta verdade ou razão transcendentais à letra, seja ela escrita ou falada. A função das palavras não seria outra senão representar essa verdade. Segundo essa lógica, o tradutor realizaria a tarefa automática de buscar, na língua de chegada, os representantes exatos para os significados supostamente presentes no texto de partida. Tarefa que uma ferramenta de tradução automática daria conta, se cada significado estivesse, de fato, unido a um significante ideal. Com Derrida, vemos que:

Nos limites em que ela é possível, [...], a tradução pratica a diferença entre o significado e o significante. Mas se essa diferença não é nunca pura, tampouco o é a tradução, e seria necessário substituir a noção de tradução pela de transformação: uma transformação regulada de uma língua por outra, de um texto por outro. Não se tratou, nem, na verdade, nunca se tratou de alguma espécie de “transporte”, de uma língua a outra, ou no interior de uma única e mesma língua, de significados puros que o instrumento – ou veículo – significante deixaria virgem e intacto (DERRIDA, 2001, p. 26).

Ao mesmo tempo em que coloca em cena a diferença entre significante e significado, a tradução prova que essa diferença não é pura. O significante não é mera representação ou imagem na língua de um conceito anterior, tampouco esse conceito é uma unidade de sentido pura e imutável. Mesmo no contexto de uma “única” língua, os signos não remetem apenas a um significado singular. Comprovamos a assertiva quando deparamo-nos com a possibilidade de diversas interpretações de um mesmo enunciado. Cada leitura resulta em novos sentidos e constrói outros significados para os significantes falados ou escritos, uma vez que não há leitura que escape à influência da visão de mundo do seu leitor. Resgatar o significado é algo

que se espera da tradução mas, em contrapartida, o significado não está presente na letra a espera de um “bom” leitor que o recupere e um tradutor que opere o seu transporte à outra língua.

Torna-se ainda mais aporética a tese da separação entre significante e significado quando o que está em jogo é a tradução de um texto literário. Sabe-se que a materialidade linguística de uma escrita poética é tão ou mais relevante que a comunicação de um certo sentido. A letra e o conteúdo parecem formar uma unidade inseparável de tal modo que a tradução ameaça ferir esse corpo poético. Pensemos no verso de Mário Quintana: “tão bom morrer de amor! E continuar vivendo...” (QUINTANA, 2006, p. 54). Há um jogo entre o sentido mais corrente da palavra *morrer*, como findar a vida, e o seu sentido metafórico de sofrer um excesso de sentimento, como expresso nos enunciados *morrer de saudade*, *morrer de fome* ou *morrer de amor* por alguém. Impossível traduzir sem ferir essa frase que pode não encontrar um equivalente do seu jogo metafórico na língua de chegada. O verso de Quintana ilustra a complexidade do traduzir, dessa atividade que não se resume em despiros conceitos das palavras do texto original e vesti-los com os significantes da língua-alvo. Essa impossibilidade de separação entre significante e significado, da qual o tradutor é testemunha, faz tremer o terreno da tradução. Por outro lado, é essa ideia mesma de separação que fundamenta a possibilidade da tradução. Ela torna-se concebível na possibilidade de queda da materialidade linguística e na sobrevivência do significado. Entretanto, essa sobrevivência não acontece sem transformação daquilo que sobrevive. O significado não permanece o mesmo após o trauma, isto é, após a ruptura do significante original no processo tradutório.

Em *A verdade ofensiva ou o corpo-a-corpo da língua*, Derrida (2007) fala sobre a inevitável violência por vir nas leituras e traduções de poemas ou de qualquer escrita poética. Toda leitura pratica certa violência, porém, como afirma, a mais devastadora é aquela que pretende esgotar os sentidos do poema, ao tentar anunciar uma suposta completude de significados e eventos aos quais ele faz referência. Entretanto, segundo o filósofo, não é possível dizer tudo sobre uma escrita, nela restará sempre um segredo inacessível. Mesmo quando é possível interpelar o autor acerca das suas intenções, esse segredo ainda resiste inesgotável, uma vez que aquele que escreve não possui o comando sobre aquilo que escreve e assina.

Quando se assina um texto, separa-se da escrita e da assinatura de modo que elas funcionem na ausência do seu autor. É nesse sentido que Derrida afirma (1991, p. 357): “para que um escrito seja um escrito, é necessário que continue a ‘agir’ e a ser legível mesmo se o

que se chama o autor do escrito não responde já pelo que escreveu”. Em outras palavras, o texto deve funcionar, deve ser lido e interpretado na ausência, mesmo que absoluta, do seu autor. Os sentidos que podem surgir das leituras não estão sob o controle daquele que escreveu. Muito menos estão sob o comando de um leitor. Este não deve estabelecer os significados que surgem da sua leitura como os sentidos verdadeiros e fiéis ao nome que assina. Tal leitura seria a mais violenta, a que provocaria a mais séria ferida no que Derrida (2007) denomina *corpo do poema*, isto é, na rede de significantes da escrita poética a envolver significados inesgotáveis.

Não só a leitura ameaça ferir o corpo poético, mas a tradução também convive com esse risco. De fato, traduzir um corpo poético é, segundo Derrida (2007), causar a sua perda inevitável. Em outras palavras, traduzir é operar a queda dos significantes, ou seja, é ferir a forma, é perder o corpo da escrita original. Mas, antes, traduzir é apropriar-se, na medida do possível, de um corpo original, assimilando-o em seus detalhes para criar em outra língua um novo corpo, uma nova forma através da qual o original continue a ressoar.

Vislumbramos aqui os primeiros traços de uma cena testemunhal que toma forma em meio à tarefa tradutória. Com Derrida, observamos uma violência no processo tradutório seguida de uma perda a ser testemunhada pelo tradutor. Violência no corpo textual que toda tradução pratica na medida em que transforma a materialidade linguística, o tecido de significantes ou a escrita em si. A perda é a do corpo da escrita original, que Derrida refere-se como corpo poético e Walter Benjamin (1996), em *A tarefa do Tradutor*, denomina de corpo orgânico original. Ambos os termos anunciam a vitalidade e a mortalidade de uma materialidade textual que não sobrevive à troca de línguas. Dessa perda o tradutor é testemunha privilegiada, no sentido de ser o único a testemunhar a violência e a queda do corpo original que a sua atividade provoca.

A cena testemunhal na tradução toma forma na queda dos significantes. Ademais, a tradução não assegura que tal destituição de palavras deixe significados intactos. Relembrando o que Derrida (2005) argumenta, a diferença entre o significado e o significante é praticada pela tradução. A sua possibilidade é justificada nessa diferença e na possibilidade de separação das partes do signo. Contudo, a tradução testemunha que essa diferença não é pura, que o significante não é apenas a imagem de um significado e que a troca dessa imagem não deixa o significado imaculado. A tradução perturba, assim, o conceito de signo e, junto a ele, o conceito de língua como representação transparente.

### **A promessa de dizer tudo: uma questão tradutória**

Por revelar a fissura no conceito de língua como representação fiel de ideias, a tradução mostra-se como um terreno fértil para o pensamento derridiano. A preocupação de Derrida com o projeto tradutório mostra-se ainda mais manifesta quando ele compromete a Desconstrução com tal atividade ao afirmar que “[...] o problema da desconstrução é também do começo ao fim a questão da tradução e da língua dos conceitos” (DERRIDA, 1998, p.19). Mais a fundo, o pensador reconhece na operação filosófica em si um projeto de tradução. Da seguinte forma, ele argumenta:

Imaginemos que seja possível fazer esta pergunta: o que a filosofia diz? O que um filósofo diz quando está sendo um filósofo? Ele diz: o que importa é a verdade e o significado, e, posto que o significado esteja antes e além da língua, verifica-se que ele é traduzível. [...] Não há filosofia a menos que a tradução nesse sentido [no sentido de transporte de conteúdo semântico para outro significante] seja possível. [...] A origem da filosofia é a tradução ou a tese da traduzibilidade de modo que, sempre que a tradução falha, não é nada menos que a filosofia vendo-se derrotada (DERRIDA, 1985, p. 120, tradução nossa).<sup>1</sup>

Em outras palavras, o que parece ter sempre norteado a Filosofia – a busca pela verdade, pela essência ou pelo sentido das coisas – é também uma questão tradutória. Havendo uma verdade além da língua, a busca filosófica em dizê-la encena o jogo tradutório ininterrupto em que o significado permanece antes e, ao mesmo tempo, além da língua. Ele estará sempre numa posição traduzível, passível de tornar-se um filosofema, e, ao mesmo tempo, intraduzível, uma vez que não encerra o processo tradutório da busca pela palavra que prenda em si o sentido em sua plurivocidade.

A tese da traduzibilidade que, segundo Derrida, está na origem da Filosofia, antecipa-se a qualquer operação na língua. Não fica de fora o ato de testemunhar. Ato que constitui um dos interesses do pensador por transitar no campo literário, sem se entregar inteiramente à hospitalidade dessa instituição. O testemunho não se deixa apropriar completamente pela Literatura, uma vez que a possibilidade de ficção atrelada a ela perturba o discurso testemunhal que se apresenta como a verdade sobre um evento traumático. É verdade que nem toda escrita literária se apresenta como ficção, mas, como afirma Derrida (2014, p. 73), “há ficcionalidade em toda literatura”. Há um prenúncio de ficção a percorrer todos os textos

---

<sup>1</sup>“*Let’s imagine that it’s possible to ask such a question: what does philosophy say? What does a philosopher say when he is being a philosopher? He says: what matters is truth and meaning, and since meaning is before and beyond language, it follows that it is translatable. [...] There is no philosophy unless translation in this latter sense is possible. [...] The origin of philosophy is translation or the thesis of translatability, so that wherever translation in this sense has failed, it is nothing less than philosophy that finds itself defeated.*” (DERRIDA 1985, p. 120).

literários, mesma aqueles que não se enquadram no gênero ficção, como as narrativas autobiográficas e as testemunhais. Na mesma entrevista, o filósofo expressa seu interesse justamente pela Literatura queo gênero ficção não comporta – mas que, ao mesmo tempo, carrega em si a possibilidade de ficção. Desse modo, a Literatura de cunho testemunhal compõe um dos seus interesses literários.

A ficcionalidade desses textos está relacionada ao fato de desafiarem a realidade, de extrapolarem o limite instituído entre o possível e o impossível. É exemplar, acerca dessa questão, o testemunho de Maurice Blanchot em seu *O instante da minha morte*, a partir do qual Derrida desenvolve sua reflexão acerca do gesto testemunhal e seu aspecto literário em *Demeure* (2000). Na sua narrativa, Blanchot descreve o momento não de uma morte findada, mas da sua eminência e suspensão. É testemunhado o instante da suspensão de uma morte que estava por vir. Em qual instituição senão a literária poderia (de)morar um texto que desafia a realidade ao anunciar a possibilidade (impossível) de um sujeito narrar o instante da própria morte? É a uma possibilidade de dizer tudo, incluindo o impossível e indizível, que está vinculado o traço da ficcionalidade em todo acontecimento literário. Nesse sentido, argumenta Derrida:

O espaço da literatura não é somente o de uma *ficção* instituída, mas também o de uma *instituição fictícia*, a qual, em princípio, permite dizer tudo. Dizer tudo é, sem dúvida, reunir, por meio da tradução, todas as figuras, umas nas outras, totalizar, formalizando; mas dizer tudo é também transpor os interditos. É liberar-se – em todos os campos nos quais a lei pode se impor como lei. A lei da literatura tende, em princípio, a desafiar ou a suspender a lei (DERRIDA, 2014, p. 49).

A questão da tradução não passa despercebida na ambição literária de dizer tudo, nessa totalidade que a Literatura promete. Tal ambição só é alcançada se a tradução, como transporte de conteúdos inteiros, for possível. Entretanto, cito Derrida (2014), “as formas discursivas e os recursos em termos de objetivar o arquivamento, de que dispomos são muito mais pobres do que o que acontece (ou deixa de acontecer, daí o excesso de hipertotalização)”. Ou seja, haverá sempre um excesso ou um transbordamento de conteúdos, acontecimentos ou não acontecimentos por vir que as formas textuais não podem conter, mesmo aquelas que desafiam a realidade, que prometem representar todo e qualquer (não-) acontecimento.

Tal é a questão tradutória que perturba a narrativa testemunhal. A testemunha está envolvida na missão de narrar a totalidade daquilo que testemunhou. Em contrapartida, vê-se impossibilitada de resgatar a cena traumática e arquivá-la numa forma discursiva que não

suporta todo seu peso semântico. Depara-se, nesse ponto, com o problema tradutório da língua que tormenta qualquer pretensão de traduzir uma totalidade. As palavras não se resumem a um mero instrumento de tradução “satisfatória” dos nossos traumas e angústias. Um resto sempre permanecerá não dito.

### **A cena testemunhal na tradução**

Na narrativa testemunhal, a não plenitude da língua articula-se ao aspecto inassimilável do acontecimento, muitas vezes traumático, que se testemunha. O trauma, que está no centro das teorias acerca do gesto testemunhal, é caracterizado pelos teóricos psicanalistas, com quem Derrida dialoga, Abraham e Torok (1995), como algo da ordem do indizível que, ao mesmo tempo, demanda tradução na língua. Logo, o aspecto indizível do trauma junto à incapacidade das palavras de suportar conteúdos inteiros, mesmo quando se recorre a uma experiência literária, corroboram com a ideia de que o relato de uma experiência traumática sempre será parcial. A essa condição, a testemunha, tradutora da cena traumática, está inevitavelmente submersa. Os eventos traumáticos são testemunhos urgentes e gritantes de que a língua não produz cópia de uma realidade anterior, ou seja, não é representação “fiel” dessa realidade. Além do papel de pôr em palavras um trauma sofrido ou uma morte presenciada ou, até mesmo, quase vivenciada, como no depoimento literário de Blanchot, a narração testemunhal revela-se palco de uma luta com a língua para traduzir e nela simbolizar o que resiste à simbolização.

O testemunho, portanto, encena a possibilidade, que a Literatura promete, de dizer tudo, inclusive o indizível, aquilo que desafia a realidade, ou melhor, a assimilação dela. O testemunho é a possibilidade de traduzir a realidade traumática que não se deixa traduzir. A impressão de que essa realidade escapa à simbolização advém, também, da inexistência de palavras ideais para expressar o trauma presenciado, ou seja, de palavras tão impactantes e profundas quanto a vivência traumática. Mas, antes, a língua em si não provê sujeitos de palavras ideais. Nesse ponto, reside a angústia de muitos tradutores, escritores, poetas e testemunhas. Angústia ou grande desconforto cuja raiz está fincada na necessidade e impossibilidade de tradução.

Ao lado da imposição de traduzir o indizível, segundo Derrida (2000), há nos relatos testemunhais um apelo à unicidade. O testemunho deve revelar-se único, na medida em que toda testemunha deve narrar o que somente ela presenciou, no lugar e no momento em que nenhum outro sujeito esteve presente. Conforme o filósofo, demanda-se que a testemunha,



assim como o seu testemunho, seja singular e insubstituível. Por outro lado, no momento mesmo de dar o seu testemunho, ao apelar para a fé dos seus ouvintes e jurar dizer a verdade, a testemunha apresenta-se como exemplar. Tudo que se mostra exemplar é único, mas, ao mesmo tempo, por se apresentar como exemplo, deve permitir a possibilidade de repetição. A situação é exemplar na medida em que pode se repetir com outros sujeitos submetidos às mesmas condições. Conforme Derrida,

Ao dizer: eu juro falar a verdade, no que fui o único a ver ou a ouvir e no que sou o único que pode atestar, isso é verdade na medida em que qualquer um **no meu lugar**, naquele instante, teria visto, ou ouvido ou tocado a mesma coisa e poderia repetir, de forma exemplar, universal, a verdade do meu testemunho (DERRIDA, 2000a, p. 41, tradução nossa)<sup>2</sup>.

O ato de testemunhar é singular e, ao mesmo tempo, universal. Aqui se marca uma dupla conjuntura entre singularidade e traduzibilidade. De fato, falando com Derrida, todo texto, como todo acontecimento, é singular. Mas, ao mesmo tempo, para funcionar como escrita que, como tal, deve abrir-se a infinitas leituras e reescritas, o acontecimento deve ser iterável, ou seja, repetível e singular a cada repetição. Se o testemunho não apelar para a universalidade, ou seja, para a traduzibilidade e para o *status* de exemplar, substituível e repetível, corre o risco de perder o valor de testemunho verdadeiro. Mas logo no primeiro momento em que se narra o acontecimento, há, aí, uma repetição e, portanto, tentativa de tradução e de universalização.

No instante tradutório da escrita testemunhal, e de resto de toda escrita, inaugura-se uma separação do instante singular que se quer arquivar pelo testemunho logo na sua primeira narração falada ou escrita. Nessa primeira inscrição na língua, o testemunho abre-se a inumeráveis repetições pelas leituras e reescritas. A cada repetição, há uma separação do momento singular ao qual o testemunho fez referência. Nessa lógica, nos diz Derrida:

O que falo pela primeira vez, se isso for um testemunho, é, desde já, uma repetição, ao menos uma repetitibilidade; é, desde já, iterabilidade, mais que uma vez em uma só vez, mais que um instante em um instante, ao mesmo tempo; e, sendo esse o caso, o instante é sempre dividido no seu próprio momento, no momento da sua escrita (DERRIDA, 2000, p. 41, tradução nossa)<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup>“*In saying: I swear to tell the truth, where I have been the only one to see or hear and where I am the only one who can attest to it, this is truth to the extent that anyone who **in my place**, at that instant, would have seen or heard or touched the same thing and could repeat exemplarily, universally, the truth of my testimony*”.

<sup>3</sup>“*What I say for the first time, if it is a testimony, is already a repetition, at least a repeatability; it is already an iterability, more than once at once, more than an instant in one instant, at the same time; and that being the case, the instant is always divided at its very point, at the point of its writing*”.

Prometer conservar uma unicidade na (re)escrita de um acontecimento e a quebra dessa promessa que a repetição na língua pressupõe é o que marca o testemunho, mas é, antes, condição inerente à qualquer tentativa de apreender guardar um sentido numa rede de palavras. O vínculo entre tal promessa e seu não cumprimento manifesta-se de forma evidente e problemática não só na tradução da cena traumática, mas também na tradução em seu sentido menos metafórico, entre línguas distintas, que Roman Jakobson (1995) designa como interlingual ou tradução “propriamente dita”<sup>4</sup>.

O tradutor testemunha a sua própria luta com a língua para repetir um texto original que, como um acontecimento único na língua de partida, resiste à repetição, isto é, à tradução. Traduzir é repetir, e, no momento dessa repetição, rompe-se a singularidade daquilo que passa a ser repetido/repetível. Essa ruptura e separação com um acontecimento original singular constitui a ferida na escrita testemunhal e, de resto, em qualquer escrita. Essa ferida parece causar um desconforto maior em relação à escrita testemunhal na medida em que a testemunha se compromete a entregar o relato único do instante vivido. Assim como uma cena traumática, o texto original é único. Único não só no instante da sua concepção, mas também no instante de cada leitura e tentativa de apropriação. Todo leitor de uma “mesma” escrita testemunha um momento único dessa escrita. Momento esse que, ao repetir, de certo modo, um texto, rompe com a singularidade do instante em que o original foi concebido. A tradução é o testemunho escrito da leitura do original pelo tradutor, ou seja, é testemunho de um (dos) momento(s) único(s) do original. Tanto a tradução como a narrativa testemunhal, por repetirem alguma coisa na língua, rompem e destroem a singularidade de um trauma original. Visto que, conforme Derrida (1992), a repetição através da escrita sempre carrega fora de si o instante que se quer arquivar.

Em duas entrevistas, uma de 1992, *Passages – du traumatisme à la promesse*, e outra traduzida em 2007, *A verdade ofensiva ou o corpo-a-corpo das línguas*, Derrida apresenta essa separação entre o acontecimento único que se testemunha, seja num texto original ou numa cena traumática, e a sua repetição na língua como uma ferida. Essa ferida ou fissura abre-se toda vez em que se escreve e assina um texto. Uma vez aberta, essa ferida não se fecha. Isso que traduzimos por ferida é, pelo filósofo, nomeado *blessure*, signo polissêmico que em francês designa tanto uma lesão no corpo, provocada por um acidente ou choque, como uma ofensa moral profunda. A experiência dessa *blessure* é relacionada à experiência

---

<sup>4</sup> Jakobson (1995) discrimina três tipos de tradução: a tradução intralingual (interpretação de palavras por meio de outros signos da “mesma” língua), a interlingual (tradução entre duas línguas), e a interssemiótica (tradução de signos verbais em signos não verbais).

da escrita e da promessa infundável de fechamento e de entrega de um sentido, de uma identidade ou de uma singularidade. Pensar na ferida que não cicatriza inevitavelmente remete-nos à noção de trauma. Levando em conta que a *blessure* de que fala Derrida é uma marca que não se apaga, uma ferida que não cicatriza, podemos interpretá-la como um trauma que também é da ordem do insuperável, do que não se cura e persiste na memória como um passado que não passa.

Derrida (2007) também relaciona essa ferida presente na escrita com a impossibilidade de clausurar o texto em um sentido, fechando-o em si e em sua suposta “verdade”. Aqui a ferida assemelha-se à abertura de um texto que não se fecha em nenhuma leitura, a abertura pela qual ele continua a falar, a disseminar-se sem se deixar calar em nenhum significado que se crê último, sem se deixar esgotar em qualquer interpretação. Citando o pensador, “a assinatura de um poema, como de todo texto, é uma ferida que se abre, que não cicatriza, o hiato, é admirável a boca que fala lá onde *está ferido*. No lugar da lesão” (DERRIDA, 2007, p. 325, grifo nosso).

Pensemos, então, essa ferida como o corte que inauguramos no momento mesmo em que escrevemos e assinamos. Esse corte que abrimos corresponde à nossa separação com a nossa escrita e nossa assinatura, que funcionam sem a nossa presença. Como consequência dessa divisão que nos impede de determos o domínio sobre aquilo que assinamos, inauguramos a ruptura da situação singular, do instante ou dos entes queridos que gostaríamos de referenciar e guardar. Tal é a ferida, a *blessure* na língua e na escrita. A experiência da escrita é a experiência dessa ferida.

### Últimas considerações

Através da leitura desconstrutora de Jaques Derrida acerca da tarefa tradutória e do gesto testemunhal, torna-se manifesto o vínculo entre essas duas formas de lidar com a língua. Esse vínculo sustenta-se na angústia de testemunhar a impossibilidade de instituir e conservar uma suposta unicidade, identidade ou totalidade de sentidos ou acontecimentos. A relação entre tradutor e testemunha com a língua é o que nos permite pensar uma analogia entre esses campos. É devido à limitação da língua em traduzir e arquivar uma totalidade que se origina o tormento da tradução. Como atestamos com Derrida, tal questão tradutória na nossa relação com a língua atravessa a Filosofia e a Literatura, em especial, os relatos testemunhais.

A tradução põe à prova a noção representacional da língua presente no conceito de signo linguístico. Atesta que não há um significado transcendental e resistente à experiência

humana na língua e à troca de códigos linguísticos. Os significados estão em constante transformação, construção, desconstrução e disseminação. É verdade que algum rastro de sentido se repete em cada leitura e reescrita, porém, cada leitura e tradução testemunha a impossibilidade de prender esse sentido iterável e instituí-lo como o significado verdadeiro. Como um rastro, o significado nunca está presente na escrita. Recuperamos não mais que vestígios de um querer dizer autoral, de acontecimentos ou sentidos que se pretendeu arquivar.

Logo, falar de tradução é, inevitavelmente, falar de transformação, transformação que não se limita ao corpo da língua, ou seja, aos significantes, mas alcança, também, os sentidos.

Essa proliferação de sentidos decorrente do processo tradutório fere uma suposta unicidade que se tenta conservar. Esse aspecto perturba o discurso testemunhal que pretende entregar o relato singular de um acontecimento traumático. Ao mesmo tempo, a traduzibilidade é necessária para que o testemunho seja reconhecido como verdadeiro. O valor de verdade do testemunho é colocado à prova quando ele pode ser repetido, havendo a possibilidade de outra pessoa testemunhar o mesmo evento. É nesse sentido que o testemunho apela para a traduzibilidade e universalidade através da repetição nas leituras e reescritas. A testemunha, portanto, luta com a língua para traduzir uma verdade e apresentá-la como traduzível, tentando escapar da inevitável disseminação de sentidos.

O tradutor testemunha uma luta semelhante. Na sua tarefa, ele compromete-se a levar um texto original a uma língua-alvo. Nessa travessia, testemunha-se a queda do corpo da escrita e de alguns significados que também não resistem ao transporte. O processo tradutório também envolve uma luta com a língua para conservar uma cena original. A tradução, assim como o testemunho, acontece no terreno incerto da traduzibilidade e intraduzibilidade, da sua necessidade e impossibilidade.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, Nicolas. TOROK, Maria. *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta, 1995, p. 243-257.
- BENJAMIN, Walter. “A tarefa do tradutor”. In: LAGES, Susana Kampff. *Melancolia e tradução*: Walter Benjamin e “A tarefa do tradutor”. Tese (doutorado em Comunicação e Semiótica/Teoria Literária) –Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

DERRIDA, Jacques. *The Ear of the Other*– Otobiography, Tranference, Translation, (translated by Peggy Kamuf), New York: Schocken Books, 1985.

\_\_\_\_\_. “Assinatura, acontecimento, contexto”. In: \_\_\_\_\_. *Margens da filosofia*. Trad. de Joaquim Torres Costa, Antonio M. Magalhães. Campinas: Papyrus, 1991, p. 349-370.

\_\_\_\_\_. “Passages – du traumatisme à la promesse”. In: \_\_\_\_\_. *Points de suspension*, Entretien. Paris: Galilée, 1992, p. 385-409.

\_\_\_\_\_. “Carta a um amigo japonês”. Trad. de Érica Lima. In: OTTONI, P. (Org.). *Tradução: a prática da diferença*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998. p.19-25.

\_\_\_\_\_. *Demeure: fiction and testimony*. Trad. de Elizabeth Rottenberg. California: Stanford University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. *Posições*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

\_\_\_\_\_. “A verdade ofensiva ou o corpo-a-corpo das línguas”. *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, Ilhéus, n. 17, p. 305-329, 2007.

\_\_\_\_\_. *Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida*. Trad. de Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

JAKOBSON, Roman. “Os aspectos linguísticos da tradução”. In: \_\_\_\_\_. *Linguística e comunicação*. Trad. de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

QUINTANA, Mário. *Baú de espantos*. Org. de Tania Franco Carvalho. São Paulo: Globo, 2006.